



FUNDAÇÃO

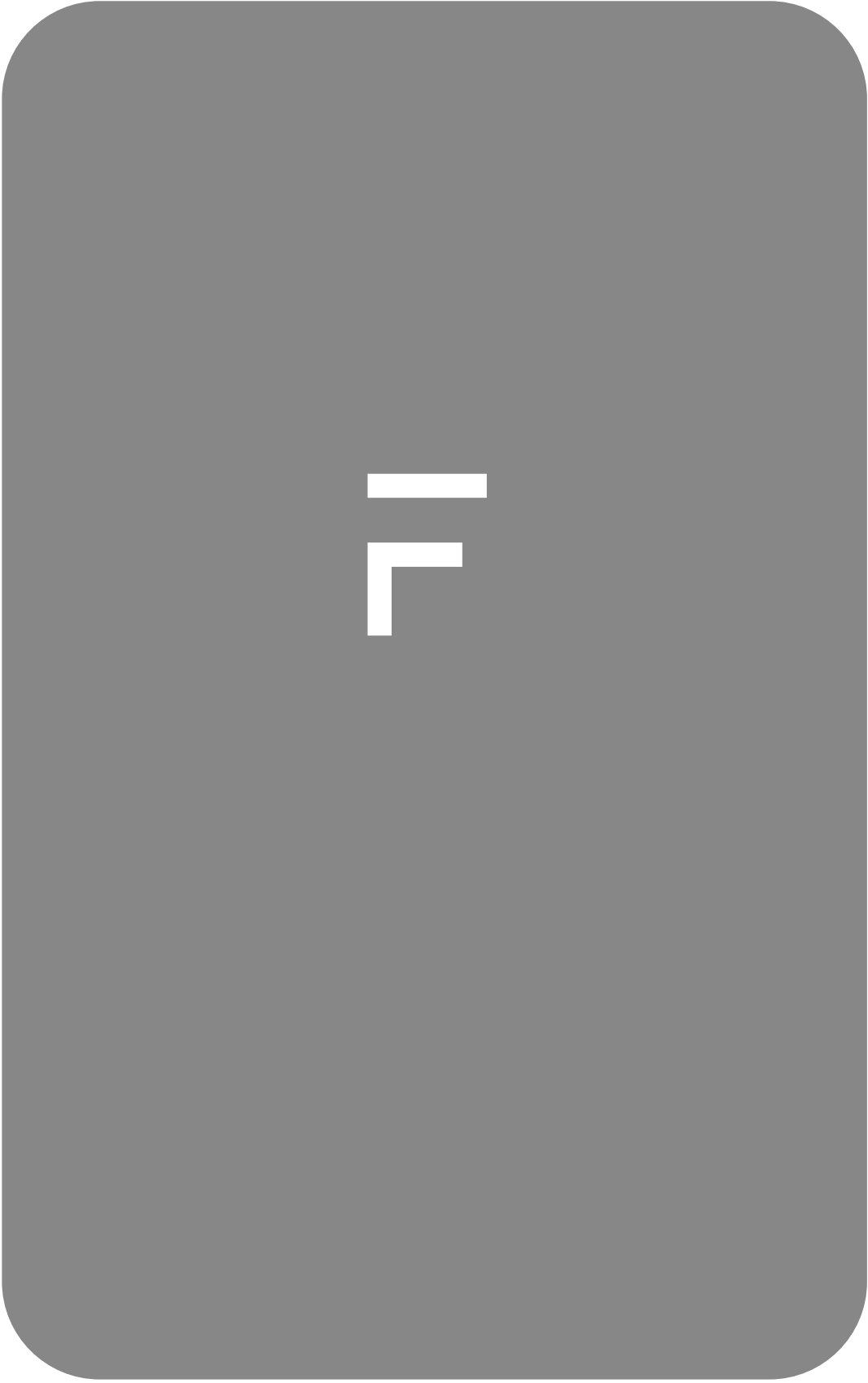
Armazenistas Mercearia

2 | Relatório
0 | de
2 |
5 | Gestão



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1 - Atividade Desenvolvida	7
1.1 - Auxílio Prestado a Pessoas Idosas, com Problemas de Saúde e Dificuldades de Subsistência	7
1.2 - Habitação Condigna e de Renda Económica	7
1.3 - Protocolos de Apoio	13
1.3.1 - Mercearia Social Valor Humano	13
1.3.2 - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória	15
1.4 - Outras Ações de Apoio	18
2 - Conservação do Património	20
3 - Contas do Exercício	38
3.1 - Resultado Líquido do exercício 2025	38
3.2 - Demonstrações financeiras	38
4 - Reuniões dos Corpos Gerentes	55
5 - Nota Final	55



INTRODUÇÃO

Em 2025, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia continuou a prosseguir a sua missão de apoio às famílias e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade económica e social, mantendo firme o compromisso assumido desde a sua criação, em 1959. Ao longo de mais de seis décadas de atividade ininterrupta, a Fundação tem representado um pilar de estabilidade e solidariedade, contribuindo para assegurar condições de vida mais dignas a um conjunto significativo de famílias, particularmente nas áreas da habitação e do apoio social direto.

Reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatuto de utilidade pública e devidamente registada na Segurança Social, a Fundação mantém a sua atuação assente exclusivamente nas receitas próprias, sem recurso a financiamento estatal direto. Esta independência financeira constitui um traço distintivo da sua identidade institucional, permitindo-lhe uma atuação autónoma, estável e orientada exclusivamente pelos seus fins estatutários e sem constituir mais um encargo para o erário público.

Importa igualmente sublinhar que todos os membros dos órgãos sociais continuam a exercer as suas funções de forma inteiramente voluntária, sem qualquer remuneração, dedicando o seu tempo e esforço à gestão rigorosa e responsável da Fundação, movidos apenas pelo espírito de solidariedade e serviço à comunidade.

Contexto Económico e Social em 2025

O ano de 2025 decorreu num enquadramento económico marcado por um crescimento moderado da atividade económica, num contexto europeu ainda condicionado por incertezas geopolíticas e por um ajustamento gradual das políticas monetárias restritivas implementadas nos anos anteriores para conter a inflação.

De acordo com o Boletim Económico de dezembro de 2025 do Banco de Portugal, o crescimento do Produto Interno Bruto manteve-se positivo, sustentado sobretudo pelo dinamismo do consumo privado e por uma recuperação gradual do investimento, embora num ritmo contido. A evolução do rendimento disponível real das famílias beneficiou do abrandamento da inflação verificado face aos picos registados em anos anteriores, permitindo alguma recuperação do poder de compra.

No mercado de trabalho, o nível de emprego manteve-se relativamente robusto, com a taxa de desemprego a apresentar variações moderadas ao longo do ano. Ainda assim, persistem situações de precariedade laboral e vulnerabilidade económica que afetam um número significativo de agregados familiares, especialmente aqueles com menores qualificações e rendimentos mais reduzidos.

A inflação continuou a desacelerar em 2025, refletindo a normalização progressiva dos preços energéticos e das cadeias de abastecimento. Contudo, os preços da habitação e das rendas no mercado livre mantiveram-se em níveis elevados, particularmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, dificultando o acesso a uma habitação condigna por parte de muitas famílias.

O setor habitacional continuou, assim, a constituir um dos principais focos de pressão sobre os orçamentos familiares. O aumento acumulado das rendas nos últimos anos e o nível elevado dos preços de mercado mantiveram um desfase significativo face à capacidade financeira de muitas famílias, reforçando a importância de soluções de arrendamento acessível e de renda económica.

Neste enquadramento económico e social, a intervenção da Fundação revelou-se, uma vez mais, de particular relevância. Ao disponibilizar habitação de renda económica muito abaixo dos valores praticados no mercado, bem como ao conceder apoios diretos a pessoas em situação de maior fragilidade, a Fundação contribuiu para atenuar os efeitos das dificuldades económicas

sentidas por diversas famílias.

Em 2025, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia manteve-se fiel à sua missão estatutária, desenvolvendo a sua atividade com prudência financeira, responsabilidade social e rigor na gestão do património que lhe está confiado.

Os órgãos sociais reuniram-se regularmente ao longo do ano, assegurando a definição estratégica, o acompanhamento da gestão corrente e a supervisão das diversas iniciativas desenvolvidas. O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e agradecimento a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores que, com dedicação voluntária e espírito de missão, tornaram possível a concretização dos objetivos definidos para 2025.

Apresenta-se, de seguida, a descrição detalhada das principais atividades desenvolvidas ao longo do exercício.

1 - Atividade Desenvolvida

1.1 - Apoio Prestado a Pessoas Idosas, com Problemas de Saúde e Dificuldades de Subsistência

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia continuou, ao longo de 2025, a prestar apoio a pessoas idosas que enfrentam situações particularmente difíceis, marcadas por problemas de saúde, baixos rendimentos e fragilidade social. Este apoio constitui uma expressão concreta da missão solidária da Fundação, procurando contribuir para a melhoria das condições de vida de pessoas que, em muitos casos, se encontram numa situação de grande vulnerabilidade.

Os apoios concedidos destinam-se a ajudar a suprir necessidades básicas, nomeadamente despesas relacionadas com cuidados de saúde, medicamentos, alimentação e outras despesas essenciais à subsistência diária. Trata-se de um apoio de natureza regular que procura garantir alguma estabilidade a beneficiários cuja situação económica não lhes permite fazer face às exigências do quotidiano.

Durante o ano de 2025, beneficiaram deste apoio **quatro pessoas**, tendo sido atribuído um montante global de **16.480 euros**. Importa referir que uma das beneficiárias, entretanto falecida, recebeu ainda o apoio durante o mês de janeiro de 2025, valor que se encontra incluído no montante total referido, tendo a partir do mês de fevereiro passado a ser apoiadas três pessoas de forma continuada.

A Fundação mantém um acompanhamento atento destas situações, procurando assegurar que os apoios concedidos respondem efetivamente às necessidades dos beneficiários, dentro das limitações financeiras da instituição. Esta intervenção, embora dirigida a um número reduzido de pessoas, assume um impacto significativo na vida dos beneficiários, permitindo-lhes enfrentar com maior dignidade as dificuldades inerentes à idade, à doença e à escassez de recursos.

1.2 - Habitação Condigna e de Renda económica

Para além das diversas formas de apoio social direto prestadas aos seus beneficiários, a Fundação desenvolve igualmente uma intervenção de particular relevância no domínio da habitação, área que constitui um fator determinante para a estabilidade e qualidade de vida das famílias apoiadas.

A Importância da Intervenção da FAM – Fundação dos Armazenistas de Mercearia no campo da solidariedade social

Num contexto em que o acesso à habitação a preços comportáveis continua a revelar-se cada vez mais difícil para um número significativo de famílias, especialmente para aquelas com menores recursos económicos, a atuação da FAM - Fundação dos Armazenistas de Mercearia assume um papel de particular relevância na promoção da solidariedade social. A disponibilização de habitação de renda económica constitui um instrumento essencial para garantir que muitas destas famílias possam ter acesso a uma habitação condigna sem comprometer de forma desproporcionada os seus rendimentos e a sua estabilidade financeira.

A Fundação tem vindo a desempenhar, há cerca de sete décadas, um papel ativo no apoio habitacional, disponibilizando habitações a preços significativamente inferiores aos praticados no mercado de arrendamento. Esta intervenção tem permitido apoiar mais de uma centena e meia de famílias com rendimentos modestos nas cidades de Lisboa e do Porto, contribuindo para assegurar maior estabilidade e melhores condições de vida aos agregados familiares abrangidos.

A evolução recente do mercado de arrendamento evidencia uma tendência de crescimento dos valores das rendas, agravando as dificuldades de acesso à habitação. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, no 1.º trimestre de 2025 a renda mediana dos novos contratos em Portugal atingiu 8,22 €/m², representando um aumento homólogo de 10,0%⁽¹⁾.

Este aumento é particularmente expressivo nas principais áreas urbanas, com valores significativamente superiores à média nacional, nomeadamente na **Grande Lisboa (13,16 €/m²)** e na **Área Metropolitana do Porto (9,12 €/m²)**⁽²⁾.

A título ilustrativo, considerando um apartamento com cerca de 75 m² na área de Lisboa, o valor de renda no mercado livre poderá situar-se em torno dos **987 euros mensais**, podendo atingir valores ainda mais elevados em localizações mais centrais. No Porto, para uma habitação de dimensão semelhante, os valores poderão ultrapassar os **680 euros mensais**, refletindo igualmente a pressão crescente sobre o mercado de arrendamento.

Face a esta realidade, o contributo da Fundação revela-se particularmente relevante. Em contraste com os valores praticados no mercado livre de arrendamento, as rendas cobradas pela Fundação mantêm-se em níveis substancialmente inferiores. Em **Lisboa**, a renda mais elevada praticada pela Fundação situa-se nos **445,74 euros mensais**, para apartamentos com uma área de 113,5 metros quadrados.

No **Porto**, o valor máximo de renda praticado é de **334,30 euros mensais**, para apartamentos com uma área de 93,52 metros quadrados. Estes valores representam apenas uma fração dos montantes atualmente praticados no mercado, evidenciando de forma clara o impacto social da intervenção da Fundação.

A diferença entre os valores praticados no mercado de arrendamento e as rendas aplicadas pela Fundação pode ser sintetizada no quadro seguinte, evidenciando de forma clara o impacto social da sua intervenção.

Quadro Comparativo - Mercado de Arrendamento vs Fundação

Comparação entre Valores de Mercado e Rendas Praticadas pela Fundação (2025)

INDICADOR	Lisboa (Mercado)	Lisboa (FAM)	Porto (Mercado)	Porto (FAM)
Renda média (€/m ²)	13,16 €	--	9,12 €	--
Renda Estimada (habitação tipo)	~987 € (75 m ²)	445,74 €	~684 € (75 m ²)	334,30 €
Diferença Aproximada	↓~55%	--	↓~55%	--

Importa ainda salientar que, não obstante os valores estatísticos apresentados com base nos dados do INE, a realidade efetiva do mercado de arrendamento, particularmente nas cidades de

¹ INE - Instituto Nacional de Estatística, Destaque 27 de Junho 2025
Estatísticas de Rendias da Habitação ao Nível Local

² Idem

Lisboa e do Porto, revela níveis de renda frequentemente superiores aos ali indicados, sendo atualmente muito difícil encontrar habitações disponíveis por valores próximos dos considerados, designadamente em zonas como Alvalade e Ramalde, onde se localiza o parque habitacional da Fundação.

No decurso do ano de 2025, a Fundação concretizou a atribuição de uma nova habitação, localizada em Lisboa, no bairro de Alvalade, reforçando assim o seu compromisso com a disponibilização de habitações de renda económica e acessível. Tal como tem sido prática habitual, a atribuição desta habitação foi precedida da realização das necessárias obras de recuperação, garantindo que o imóvel apresentasse condições adequadas de habitabilidade para a família beneficiária.

Importa, contudo, salientar que a manutenção deste modelo de apoio habitacional enfrenta desafios significativos, decorrentes do aumento generalizado dos custos associados à conservação e reabilitação do património, em particular tendo em conta a antiguidade dos imóveis pertencentes à Fundação.

Esta realidade exige uma gestão particularmente rigorosa dos recursos disponíveis, procurando assegurar o necessário equilíbrio entre, por um lado, a manutenção do objetivo social de proporcionar habitação a custos acessíveis e, por outro, a sustentabilidade financeira necessária à conservação do parque habitacional.

Neste sentido, a Fundação continua a considerar necessária uma atualização progressiva dos valores de renda aplicáveis aos novos contratos de arrendamento, procurando garantir um equilíbrio sustentável entre a dimensão social da sua intervenção e a preservação das condições de habitabilidade do seu património.

O compromisso da Fundação permanece, assim, orientado para assegurar soluções habitacionais acessíveis às famílias economicamente mais vulneráveis, mantendo simultaneamente uma gestão prudente e responsável do património que lhe está confiado.

Neste quadro, a ação desenvolvida pela Fundação continua a constituir um contributo relevante para a promoção da coesão social e para a melhoria das condições de vida de muitas famílias, reafirmando o papel que tem desempenhado, ao longo de várias décadas, no domínio da solidariedade social.

Apresenta-se de seguida uma breve apreciação dos arrendamentos da FAM em Lisboa e no Porto.

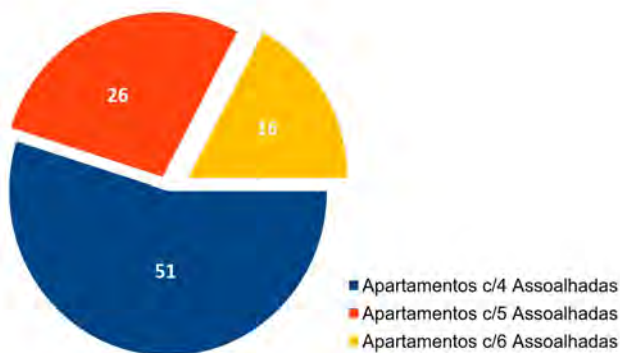
LISBOA:

Total - 93 apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *	Total
Apartamentos c/ 4 Assoalhadas	4	10	37	51
Apartamentos c/ 5 Assoalhadas	3	5	18	26
Apartamentos c/ 6 Assoalhadas	0	0	16	16
Total	7	15	71	93

* Nota: A renda máxima praticada é de € 445,74

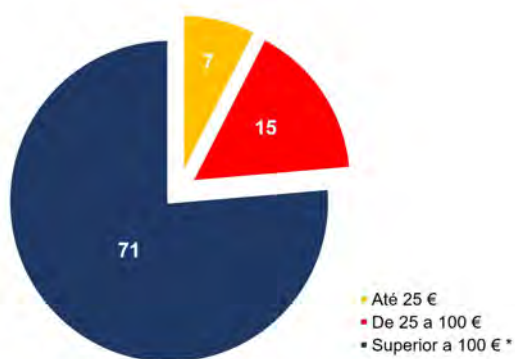
Tipologia de Habitação



Rendas até € 25,00



Total de Rendas por Tipologia



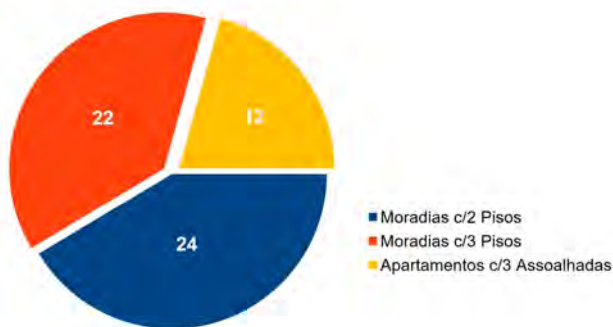
PORTO:

Total - 58 habitações das quais 46 são moradias e 12 são apartamentos

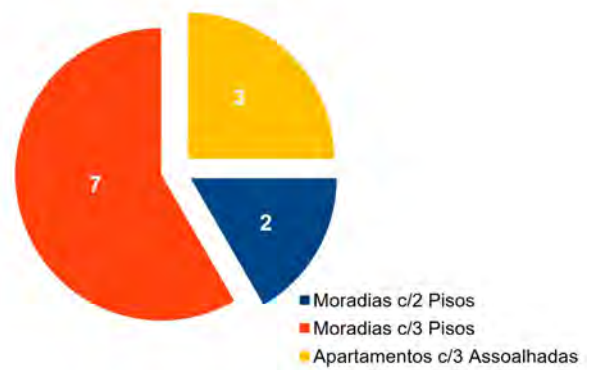
	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *	Total
Moradias c/ 2 Pisos	2	5	17	24
Moradias c/ 3 Pisos	7	0	15	22
Apartamentos c/ 3 Assoalhadas	3	2	7	12
Total	12	7	39	58

* Nota: A renda máxima praticada é de € 334,30

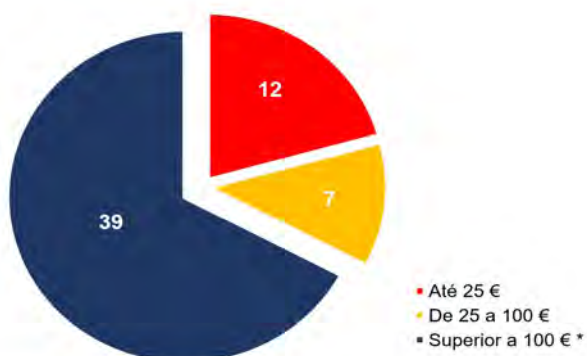
Tipologia de Habitação



Rendas até € 25,00

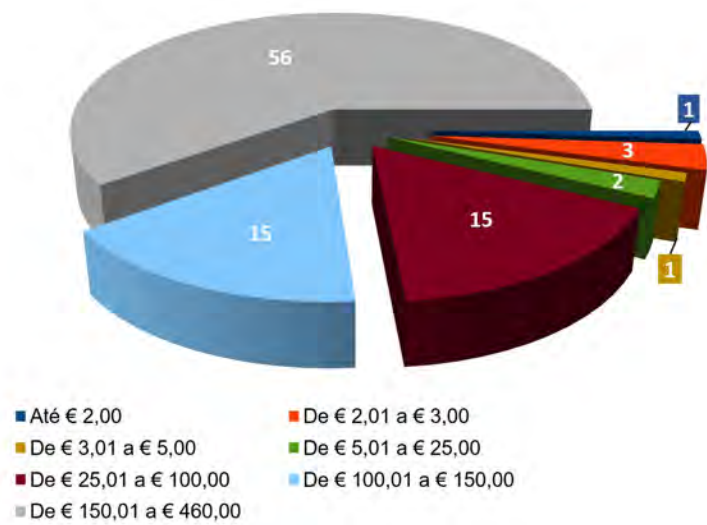


Total de Rendas por Tipologia

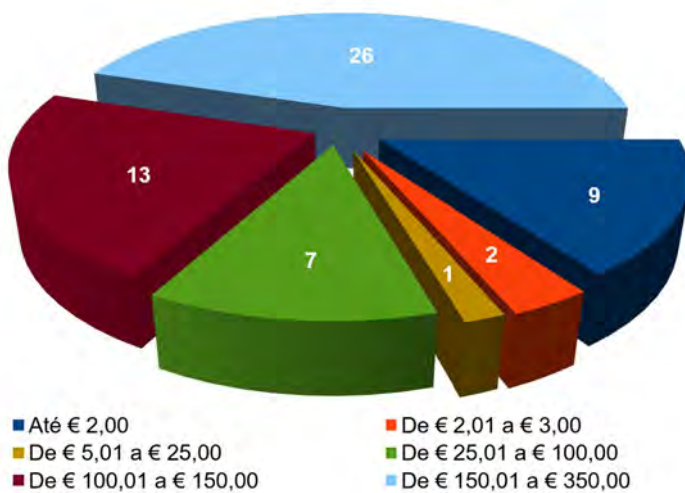


Rendas praticadas pela FAM em 31 de Dezembro 2025

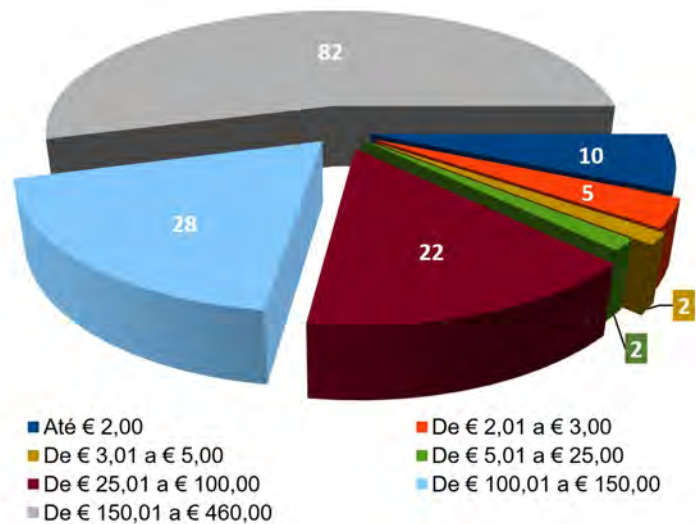
Lisboa



Porto



Geral



Em 31 de dezembro de 2025, em Lisboa, cerca de 8% (7 habitações) das rendas recebidas não ultrapassavam os 25€, enquanto no Porto essa percentagem ascendia a quase 21% (12 habitações). Considerando um limite mais elevado, verificava-se que perto de 40% das rendas em Lisboa não excediam os 150€, percentagem que, no Porto, era significativamente superior, atingindo mais de 54%.

Nos escalões acima deste valor, em Lisboa, as rendas compreendidas entre 150€ e 460€ (valor máximo praticado) representavam 60% do total (56 habitações). Já no Porto, no intervalo entre 150€ e 350€ (valor máximo praticado), esse peso correspondia a quase 45% (26 habitações).

Ao analisarmos os dados gerais, referente à totalidade das rendas praticadas pela Fundação, no universo das habitações em Lisboa e no Porto, constatamos que o total das rendas praticadas até aos 25€ foi de cerca de 13%, sendo que até aos 150€ a percentagem é de mais de 45%. No último escalão - entre os 150€ e os 460€ a percentagem é de 54%.

1.3 - Protocolos de Apoio

1.3.1 - Mercearia Social Valor Humano

No cumprimento do seu compromisso social e no propósito de promover a dignidade humana, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia manteve, ao longo do ano de 2025, o seu apoio estruturado à **Mercearia Social Valor Humano**, um projeto de reconhecido mérito no apoio a famílias em situação de fragilidade económica, assegurando-lhes o acesso a bens essenciais e contribuindo para a sua inclusão social.

Situada na Calçada do Moinho de Vento, em Lisboa, a **Mercearia Social Valor Humano** continua a afirmar-se como uma resposta de proximidade fundamental junto da comunidade local, proporcionando um espaço organizado e digno, onde os beneficiários podem aceder a produtos alimentares, bens de higiene e outros artigos indispensáveis ao quotidiano, de acordo com as suas necessidades específicas. Este modelo, assente na atribuição de um plafond definido pelos serviços de ação social, permite preservar a autonomia das famílias, promovendo simultaneamente a sua responsabilização e integração.



Durante o ano em análise, a Fundação manteve o apoio anual a esta iniciativa, num **montante superior a oito mil e trezentos euros**, assim como o envolvimento das empresas associadas, cujo contributo se traduziu na **disponibilização regular de bens essenciais**, reforçando a capacidade de resposta da Mercearia Social.

Importa, contudo, assinalar que em 2025 se verificou uma redução significativa do número de famílias apoiadas por este projeto. Esta evolução resulta de um conjunto de fatores de natureza diversa, designadamente o falecimento de beneficiários, a sua integração em respostas residenciais, alterações de residência para fora da área de intervenção, o encaminhamento para outras respostas sociais, bem como a autonomização de alguns agregados familiares, decorrente da melhoria das suas condições socioeconómicas.

Não obstante esta tendência, mantiveram-se em acompanhamento **305 famílias**, correspondendo a **912 pessoas**, todas em situação de vulnerabilidade económica, o que evidencia a relevância contínua desta resposta social. A análise da composição destes agregados familiares revela uma grande heterogeneidade, abrangendo desde situações de pessoas isoladas até famílias numerosas, refletindo a diversidade dos contextos de fragilidade existentes.

Paralelamente, e apesar da diminuição do número de beneficiários, foi possível, através de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, reforçar qualitativa e quantitativamente o apoio prestado. Destaca-se, neste âmbito, o aumento da disponibilização de produtos refrigerados e congelados, bem como o reforço das quantidades atribuídas por agregado familiar, contribuindo para uma resposta alimentar mais completa e equilibrada.

Para além do apoio material, a Fundação continua a valorizar a dimensão pedagógica deste projeto, em particular o acompanhamento na gestão do orçamento familiar, reconhecendo-o como um instrumento essencial para a promoção da autonomia e da estabilidade financeira das famílias apoiadas.

A Fundação dos Armazenistas de Mercaria mantém, assim, o seu compromisso com esta iniciativa, convicta da importância de apoiar soluções que promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária e coesa.



1.3.2 - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Ao longo de 2025, no âmbito da colaboração estabelecida com o **Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória**, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia deu continuidade ao seu envolvimento ativo no apoio social junto das populações mais vulneráveis do Centro Histórico do Porto. Esta intervenção tem como principal objetivo dar resposta às necessidades de crianças, adultos e idosos em situação de fragilidade económica e social.

Durante o ano em análise, a Fundação assegurou o seu contributo financeiro, num montante total superior a **oito mil e quatrocentos euros**, contribuindo para que o **CSPNSV** prossiga com a sua missão de apoio à comunidade.

O **Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória**, instituição sem fins lucrativos com uma longa intervenção na área social, continua a desempenhar um papel determinante na promoção do bem-estar da população local. A sua atuação abrange o apoio domiciliário a idosos e doentes crónicos, incluindo serviços como a entrega de refeições, cuidados de higiene e acompanhamento psicossocial, bem como respostas direcionadas à infância, através da creche e do jardim de infância.

Para além das respostas asseguradas no seu espaço físico, o **CSPNSV** desenvolve um trabalho de proximidade com a comunidade, nomeadamente através da distribuição de bens essenciais a agregados familiares em situação de carência e da dinamização de campanhas de angariação de recursos para fins sociais.

No plano cultural e educativo, a instituição promove diversas iniciativas que incentivam a participação ativa dos utentes e da comunidade, como ações de formação, atividades recreativas e momentos de convívio, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos envolvidos.

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia mantém, assim, o seu compromisso com esta parceria, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pelo **CSPNSV** e o seu impacto na melhoria das condições de vida da população apoiada.



Por via das iniciativas em que se envolve, a Fundação continua a afirmar-se como um agente relevante na promoção da inclusão social e no apoio a quem mais necessita, contribuindo para uma sociedade mais coesa e solidária.

Segue-se a enumeração das respostas sociais que o **CSPNSV** disponibiliza:

- Creche (15 crianças)
- Jardim de Infância (22 crianças)
- Centros de Atividades de Extensão de Horário e Interrupções Lectivas (25 crianças)
- CATL c/ Funcionamento Clássico (40 adolescentes e jovens)
- Centro de Dia (25 séniores)
- Serviço de Apoio Domiciliário (20 agregados)
- ERPI - Estrutura Residencial para Idosos (10 idosos)
- Comunidade de Inserção para 40 pessoas em situação de Sem Abrigo
- Centro Comunitário (100 utilizadores) com atividades de Férias para Crianças e Jovens, Apoio Social, Gabinete de Psicologia, Apoio em Medicamentos, Banco de Vestuário, Cabaz Alimentar, Gabinete de Apoio ao Emprego, Educação não Formal e Animação Sociocultural
- Intervenção Comunitária com programas como uma Sala de Apoio ao Estudo, Programa “Todo Ouvidos” - Ouvir, Apoiar e Aconselhar Famílias; Programa Envelhecer Hoje! - Pessoas com 60 anos ou mais; Grupo Fénix Intervenção junto de Pessoas com Comportamentos de Risco; Passeios, Visitas e Convívios; Oficinas de Renovação/Transformação de Roupa, Manualidades, e Vitória Market - Mercado Social Mensal.



São confeccionadas nestas instalações o número seguinte de refeições:

Refeições Fornecidas Diariamente (Semana)

N.º de Clientes		37	63	40	25	10	16	191
Respostas Sociais		Creche & Jardim de Infância	Casa Jovem	Casa da Amizade	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	TOTAIS
N.º de Clientes por Refeição	Pequeno Almoço	-	-	-	25	10	16	51
	Almoço	37	Nota 1	40	25	10	16	128
	Lanche	37	63	20	25	10	-	155
	Jantar	-	-	40	25	10	16	91
	Ceia	-	-	-	-	10	-	10
N.º Total de Refeições por RS		74	60	100	100	50	48	435

Nota 1: Nas pausas lectivas são fornecidos uma média de 40 almoços

Refeições Fornecidas (Fim de Semana)

N.º de Clientes		0	0	40	0	10	16	66
Respostas Sociais		Creche & Jardim de Infância	Casa Jovem	Casa da Amizade	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	TOTAIS
N.º de Clientes por Refeição	Pequeno Almoço	-	-	-		10	16	26
	Almoço			40		10	16	66
	Lanche			20		10	-	30
	Jantar	-	-	40		10	16	66
	Ceia	-	-	-	-	10	-	10
N.º Total de Refeições por RS				100		50	48	198

1.4 - Outras Ações de Apoio

No decurso do ano de 2025, a Fundação dos Armazenistas de Mercadoria reforçou o seu posicionamento enquanto agente ativo de solidariedade social, mantendo o seu papel de ligação entre o setor do comércio e da distribuição alimentar independente, representado pela **ADIPA - Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares**, e as comunidades em situação de maior vulnerabilidade. Esta atuação continuou a refletir o compromisso consistente das empresas associadas com a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao longo do ano em análise, foi possível dar continuidade e ampliar o apoio a diversas instituições, com especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, através da doação de bens essenciais, nomeadamente géneros alimentares, produtos de higiene e limpeza, contribuindo de forma concreta para a melhoria das condições de vida de inúmeras famílias.

Neste contexto, importa igualmente destacar o contributo das empresas do setor para a **Mercadoria Social Valor Humano**, que, ao longo de 2025, se traduziu na entrega de um volume significativo de artigos, cujo número ultrapassou as **dezassete mil unidades**. Esta colaboração constitui um exemplo claro do espírito solidário que caracteriza o setor, assegurando o apoio regular a famílias em situação de fragilidade económica.



No Porto, em particular, importa salientar que, no âmbito da **XIV Convenção "Aqui é Fresco"**, a Fundação promoveu a recolha e encaminhamento dos produtos remanescentes que estiveram em exposição nos stands dos expositores. Estes bens foram integralmente doados ao **Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória (CSPNSV)**, assegurando-se assim o aproveitamento útil dos mesmos e a sua redistribuição junto de quem mais necessita.

Paralelamente, a Fundação manteve o seu compromisso com causas de relevante impacto social, destacando-se o apoio à **Comunidade Vida e Paz**. Reconhecendo o mérito do trabalho desenvolvido por esta instituição na área da intervenção junto de pessoas em situação de sem-abrigo, a Fundação associou-se uma vez mais a esta causa, contribuindo para a continuidade da sua missão de inclusão e reintegração social, concedendo um donativo no montante de **oitocentos e cinquenta euros (€ 850,00)** em 2025.

O conjunto destas iniciativas evidencia o empenho contínuo da Fundação e das empresas do setor em promover uma cultura de responsabilidade social ativa, assente na proximidade, na partilha e no apoio efetivo às comunidades onde se inserem.

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia manifesta o seu reconhecimento às empresas e marcas que, em 2025, se associaram a estas iniciativas através da doação de produtos.

Cada gesto traduziu-se num apoio concreto, permitindo dar continuidade ao trabalho desenvolvido junto de quem mais precisa.

A todas as entidades envolvidas, a Fundação deixa uma palavra de apreço pela disponibilidade, confiança e sentido de responsabilidade social demonstrados. O seu contributo continua a ser essencial para fortalecer uma cultura de solidariedade e proximidade.

Bem hajam!



2 - Conservação do Património

A Importância da Conservação do Património Habitacional para a Ação Solidária da FAM

A FAM – Fundação dos Armazenistas de Mercearia tem assumido, desde a sua constituição, um compromisso contínuo com a promoção da solidariedade social, em particular através da disponibilização de habitações de renda económica destinadas a famílias com menores recursos, nas cidades de Lisboa e do Porto. Neste contexto, a conservação e recuperação do património habitacional constitui um elemento essencial para garantir a continuidade e sustentabilidade desta missão.

Os edifícios pertencentes à Fundação, cuja construção remonta maioritariamente à década de cinquenta do século XX, exigem intervenções regulares de manutenção e reabilitação, por forma a assegurar condições adequadas de habitabilidade, segurança e salubridade. A gestão deste património representa, por isso, um desafio permanente, exigindo uma criteriosa afetação de recursos face às necessidades que vão surgindo, quer ao nível dos edifícios, quer dos fogos devolutos que necessitam de obras antes de poderem ser novamente atribuídos.

A intervenção da Fundação, neste domínio, tem sido pautada por um esforço contínuo de conservação e valorização do seu parque habitacional, procurando garantir que as habitações disponibilizadas mantêm padrões adequados de qualidade, compatíveis com a dignidade das famílias que delas beneficiam. Esta realidade assume particular relevância num contexto em que o envelhecimento do edificado implica uma crescente necessidade de intervenções estruturais e de manutenção.

Durante o ano de 2025, foram realizadas diversas intervenções de conservação e reabilitação, incidindo quer na recuperação de fogos destinados a novos arrendamentos, quer na execução de trabalhos de manutenção e reparação em edifícios e espaços comuns.

No que respeita à recuperação de habitações para atribuição, foram intervencionados fogos em Lisboa, designadamente na Rua Marquesa de Alorna e na Rua Coronel Marques Leitão, bem como no Porto, na Rua Dr. Aarão de Lacerda. Estas intervenções envolveram trabalhos de reabilitação geral, incluindo substituição e renovação de infraestruturas essenciais, e execução de acabamentos, garantindo condições adequadas de habitabilidade para os futuros arrendatários.

Paralelamente, ao longo do ano, foram realizadas diversas intervenções ao nível das frações habitacionais e dos edifícios. Em Lisboa, destacam-se intervenções de remodelação de casas de banho em vários fogos, trabalhos ao nível das redes de água, incluindo substituição de colunas, bem como intervenções em coberturas, nomeadamente reparação e manutenção de telhados. Foram ainda executados trabalhos de desentupimento de fossas, reparações diversas em habitações e espaços comuns, colocação de elementos de proteção e intervenções de manutenção corrente, incluindo ações de jardinagem.

No Porto, as intervenções incidiram igualmente na recuperação de habitações e na realização de diversas reparações, com especial incidência ao nível de fachadas, varandas e outros elementos construtivos. Importa ainda referir as intervenções realizadas em coberturas, designadamente na sequência dos efeitos da “Depressão Martinho”, que implicaram trabalhos de reparação e substituição em cinco telhados, nomeadamente das casas números 101; 105; 113; 115 e 369, bem como verificação de chaminés e reforço de elementos estruturais, assegurando a segurança dos edifícios e dos seus ocupantes.

Estas intervenções só foram possíveis ser realizadas de uma forma bastante célere dado a Fundação ter uma gestão criteriosa dos seus parcos recursos económicos para poder acudir a estes imprevistos e evitar que as famílias residentes vissem os seus bens degradados.

Importa salientar que a reabilitação de cada habitação implica, na maioria dos casos, intervenções profundas e tecnicamente exigentes, abrangendo múltiplas especialidades, desde redes técnicas até acabamentos gerais. Este tipo de intervenção revela-se essencial para garantir que os fogos possam ser disponibilizados em condições adequadas, mas representa simultaneamente um esforço significativo para a Fundação, tendo em conta a natureza social das rendas praticadas.

O compromisso da FAM na conservação do seu património habitacional constitui, assim, uma expressão concreta da sua missão solidária, permitindo assegurar não apenas a continuidade da sua intervenção no domínio da habitação, mas também a qualidade das condições de vida proporcionadas às famílias apoiadas.

Através de uma gestão rigorosa e responsável, a Fundação prossegue o seu objetivo de preservar e valorizar o património que lhe está confiado, garantindo a sua sustentabilidade futura.

Obras de recuperação dos apartamentos para atribuição

• *Rua Marquesa de Alorna e Rua Coronel Marques Leitão, em Lisboa*

- › Substituição da canalização de água;
- › Substituição da instalação elétrica;
- › Substituição da canalização de gás;
- › Remodelação da cozinha;
- › Remodelação de casas de banho;
- › Substituição de pavimento;
- › Pinturas.

• *Rua Dr. Aarão de Lacerda, no Porto*

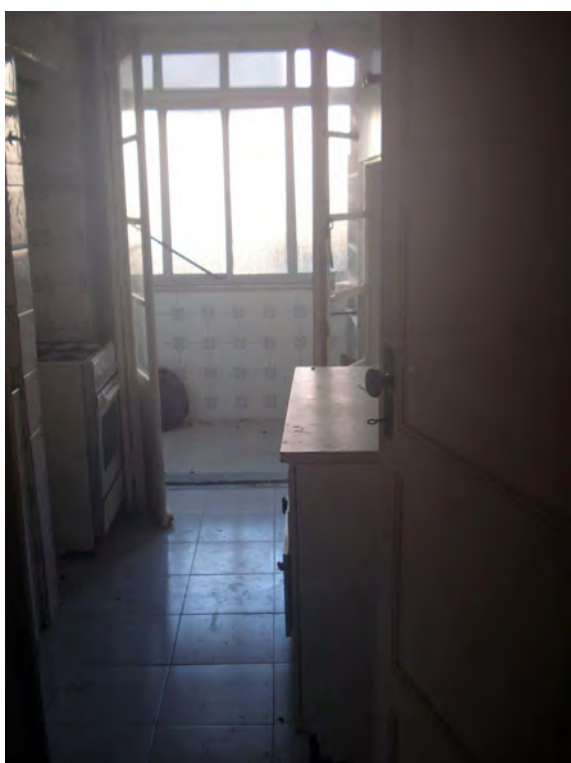
- › Substituição da canalização de água;
- › Substituição da instalação elétrica;
- › Remodelação da casa de banho;
- › Pinturas.

Lisboa

Recuperação de Habitações

R. Marquesa de Alorna, n.º 12 - R/c Dt.

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



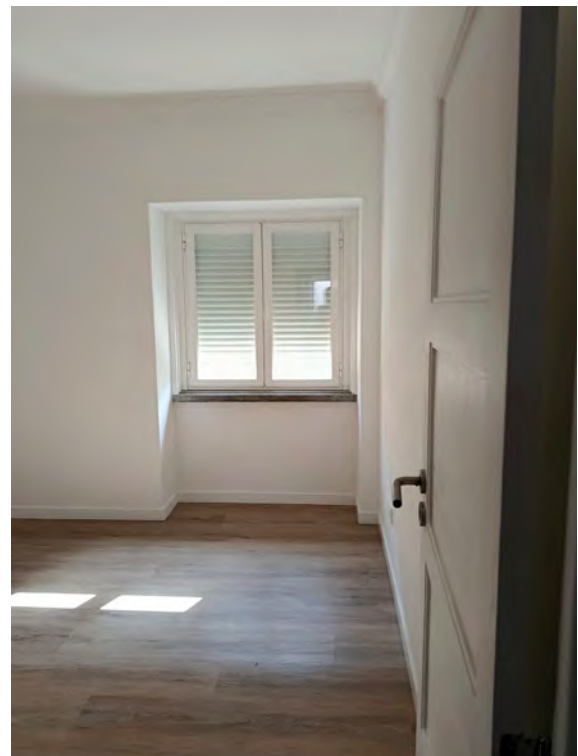
Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



R. Coronel Marques Leitão, n.º 7-R/c Esq.º

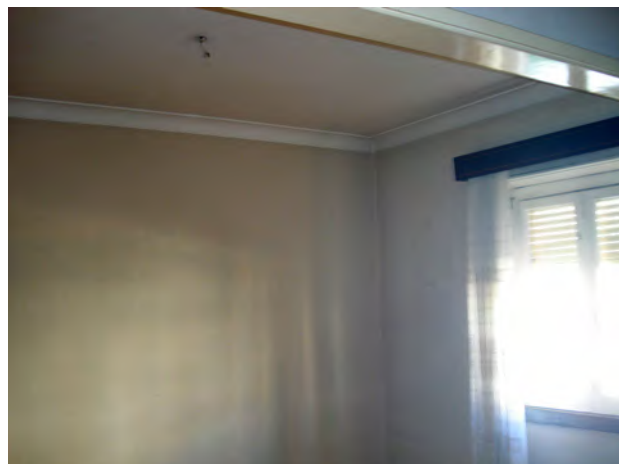
Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



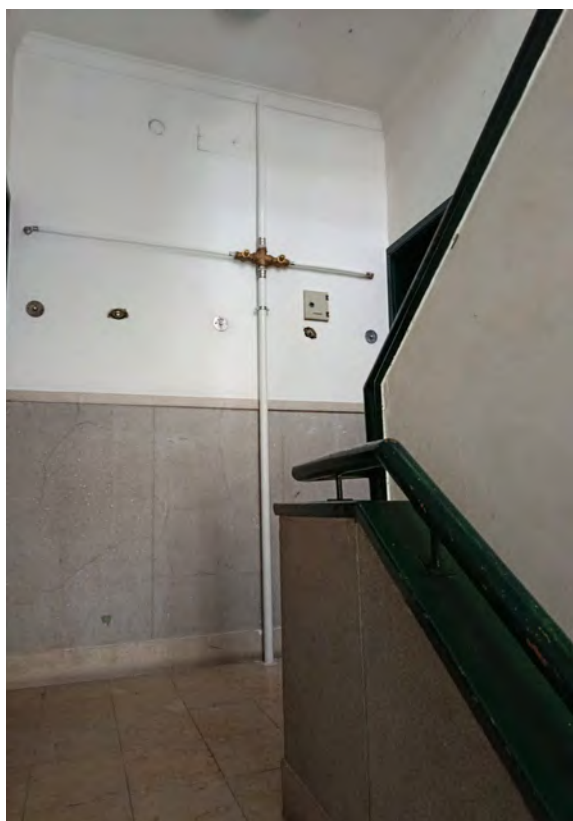
Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Substituição de Coluna de Água
Prédio da R. Marquesa de Alorna, n.º 12, Lisboa



Reparação de Muro em Alvalade

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Para além das intervenções já mencionadas, realizaram-se também outros trabalhos de conservação e reparação em Lisboa, nomeadamente o desentupimento de fossas no Largo Ribeiro Cristino e na Rua Marquesa de Alorna, bem como a reparação de telhados em cinco edifícios, na sequência da deslocação de telhas provocada pela força do vento.

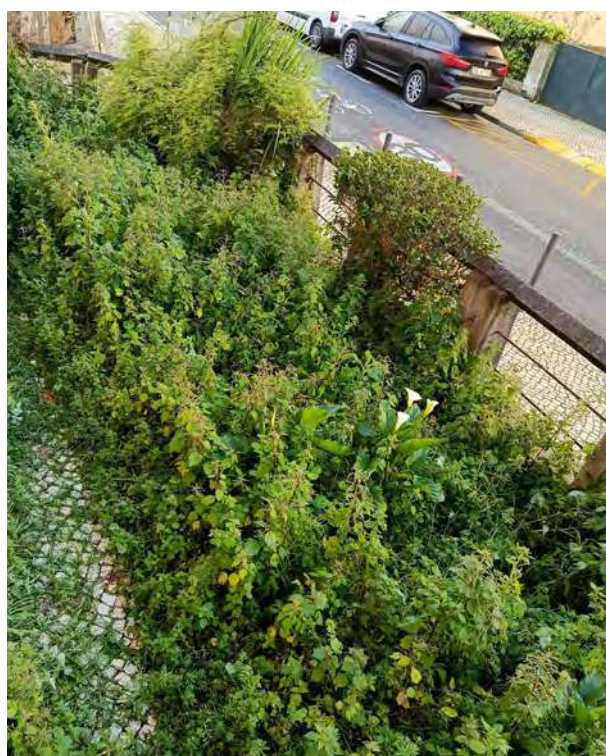
Limpeza de Logradouros dos Prédios

Largo Ribeiro Cristino, Rua Coronel Marques Leitão e Rua Marquesa de Alorna

Antes dos trabalhos de limpeza



Depois dos trabalhos de limpeza



Antes dos trabalhos de limpeza



Depois dos trabalhos de limpeza



Porto
Recuperação de Habitação
R. Dr. Aarão de Lacerda, n.º 115

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



No decurso do ano de 2025, foram realizadas diversas obras de conservação e recuperação de fachadas, varandas e muros, motivadas por diferentes fatores, entre os quais as intempéries, destacando-se as intervenções decorrentes dos efeitos da “Depressão Martinho”, que provocaram danos significativos em cinco telhados, quatro dos quais exigiram substituição integral.

Os telhados afetados correspondem às casas com os n.ºs 101, 105, 113 e 115 e ao prédio com o n.º 369.

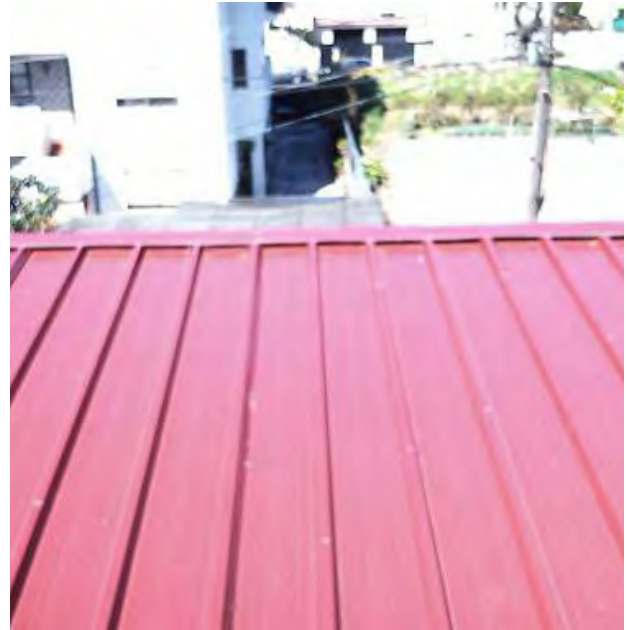
Efeitos da Depressão Martinho

Estado em que ficaram os Telhados

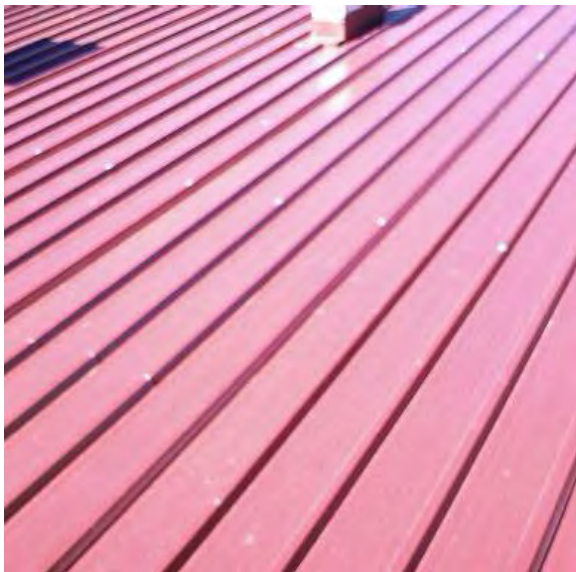


Durante e Após a Substituição Integral dos Telhados





Com vista à prevenção de situações provocadas por ventos fortes, suscetíveis de originar o levantamento dos telhados, procedeu-se ao reforço da fixação das chapas, através do aperto dos parafusos, em todos os telhados dos imóveis propriedade da FAM.



Destaca-se ainda que, em consequência de os telhados terem sido literalmente arrancados pela força da tempestade, houve partes dos mesmos que provocaram danos em habitações vizinhas situadas na rua traseira - Rua Antunes Guimarães, n.ºs 764 e 746, conforme indicação dos respetivos proprietários.

Rua Antunes Guimarães, n.º 764



Rua Antunes Guimarães, n.º 746



3 - Contas do Exercício

3.1 - Resultado Líquido do Exercício 2025

Em **2025**, a Fundação teve um resultado líquido do exercício positivo de **cinquenta e oito mil duzentos e dezassete euros e dois cêntimos** (58 217,02€) conforme consta das respetivas demonstrações financeiras.

3.2 - Demonstrações Financeiras

Apresentamos, de seguida, o documento Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2025, elaborado pela CERB - Contabilidade e Gestão, S.A., onde se poderá verificar a apresentação de contas da Fundação.

Fundação dos Armazenistas de Mercearia
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2025

Índice

Índice	1
Balanço em 31 de Dezembro de 2025 e 2024.....	2
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2025 e 2024.....	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024.....	4
Anexo.....	5
1. Identificação da Entidade.....	5
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1. Bases de Apresentação.....	5
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6. Estado e Outros Entes Públicos.....	12
7. Créditos a receber.....	12
8. Diferimentos	13
9. Caixa e Depósitos Bancários	13
10. Fundos Patrimoniais.....	13
11. Fornecedores	14
12. Outros passivos correntes.....	14
13. Subsídios à exploração.....	14
14. Fornecimentos e serviços externos	14
15. Outros rendimentos.....	15
16. Outros gastos	15
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
18. Acontecimentos após data de Balanço.....	16

Balanço em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

BALANÇO

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	2 298,46	2 298,46
		2 298,46	2 298,46
Ativo corrente:			
Créditos a receber	7	14 952,36	15 144,17
Estado e outros entes públicos	6	5 979,27	3 011,84
Diferimentos	8	10 242,89	-
Caixa e depósitos bancários	9	389 629,70	364 297,32
		420 804,22	382 453,33
Total do Ativo		423 102,68	384 751,79
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	10	25 540,90	25 540,90
Resultados transitados	10	322 110,71	288 230,38
Resultado líquido do período	10	58 217,02	33 880,33
Total dos Fundos Patrimoniais		405 868,63	347 651,61
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	32,56	16 392,76
Estado e outros entes públicos	6	-	312,50
Outros passivos correntes	12	17 201,49	20 394,92
Total do Passivo		17 234,05	37 100,18
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		423 102,68	384 751,79

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração



Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Fundação dos Armazenistas de Mercearia DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Subsídios, doações e legados à exploração	13	398,51	161,06
Fornecimentos e serviços externos	14	(58 924,59)	(40 203,12)
Outros rendimentos	15	318 305,73	282 488,18
Outros gastos	16	(201 562,63)	(208 565,79)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos (EBITDA)		58 217,02	33 880,33
Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		58 217,02	33 880,33
Resultado antes de impostos (EBT)		58 217,02	33 880,33
Resultado líquido do período		58 217,02	33 880,33

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
<u>Fluxos de caixa atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		292 795,04	253 757,64
Pagamentos a fornecedores		(255 529,53)	(209 385,34)
Caixa gerada pelas operações		37 265,51	44 372,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(221,88)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(14 449,99)	18 780,05
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		22 593,64	63 152,35
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		2 738,85	2 478,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 738,85	2 478,33
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Outras operações de financiamento</i>		(0,11)	(16,70)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(0,11)	(16,70)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		25 332,38	65 613,98
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período		364 297,32	298 683,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	389 629,70	364 297,32

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento assinado eletronicamente a 2026-04-14 08:48:01 +00:00.
Documento enviado para o email f****@ocapital.pt.

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia, com sede na Av. da liberdade, nº166-2, 1250-146 Lisboa, é uma fundação de solidariedade social que foi criada pelo extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia em 16 de Março de 1959. Tem por objeto a solidariedade social relativamente à população em geral e em particular, a pessoas ligadas à distribuição de produtos alimentares e à Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA), entidade que sucedeu ao extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, artigo 1º, nº2, de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 13 e 16) e “Diferimentos” (Nota 12).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Fundação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Fundação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Fundação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Fundação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são registados quando são recebidas.

As quotas são registadas em ativo independentemente da data do seu recebimento (nota 10).

Clientes, utentes e outras contas a receber

Os “*Cientes e utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.5. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante aplicado e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.6. Provisões

Periodicamente a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “(...)
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) (...)”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Fundação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo:

	31/12/2025				Saldo em 31-12-2025
	Saldo em 01-01-2025	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2.298,46	-	-	-	2.298,46
Edifícios e outras construções	6.895,38	-	-	-	6.895,38
Total	9.193,84	-	-	-	9.193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6.895,38)	-	-	-	(6.895,38)
Total	(6.895,38)	-	-	-	(6.895,38)
Total Líquido	2.298,46	-	-	-	2.298,46

	31/12/2024				Saldo em 31-12-2024
	Saldo em 01-01-2024	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	221,88	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.757,39	3.011,84
Total	5.979,27	3.011,84
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	312,50
Total	-	312,50

7. Créditos a receber

A rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos a receber		
Adiantamento a fornecedores	245,00	17,52
Cientes e Utentes títulos a receber	14.707,36	15.126,65
Cientes	14.707,36	15.126,65
Total	14.952,36	15.144,17

O saldo de clientes é constituído por créditos a receber de inquilinos de rendas sociais.

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	10.242,89	-
Total	10.242,89	-

9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	699,93	250,00
Depósitos à ordem	285 929,77	194 047,32
Depósitos a prazo	103 000,00	170 000,00
Total	389 629,70	364 297,32

10. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	31 de Dezembro de 2025			Saldo em 31-12-2025
	Saldo em 01-01-2025	Aumentos	Diminuições	
Fundos	25 540,90	-	-	25 540,90
Resultados transitados	288 230,38	33 880,33	-	322 110,71
Resultado do exercício	33 880,33	58 217,02	(33 880,33)	58 217,02
Total	347 651,61	92 097,35	(33 880,33)	405 868,63

11. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo	Passivo
Fornecedores c/c	32,56	16.392,76
Total	32,56	16.392,76

12. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	905,93	807,58
Outros acréscimos de gastos	90,31	102,09
Outros credores	16.205,25	19.485,25
Total	17.201,49	20.394,92

13. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica “Subsídio à exploração” tinha o valor de 398.51€ e é constituído por Doações de privados.

14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Trabalhos especializados	4 069,56	5 653,20
Publicidade e propaganda	346,86	369,00
Honorários	31 431,00	22 172,00
Conservação e reparação	12 638,35	1 888,05
Serviços bancários	528,80	380,70
Materiais	14,00	235,25
Energia e fluidos	861,49	943,41
Deslocações, estadas e transportes	98,85	244,15
Comunicação	793,00	493,04
Seguros	7 885,68	7 808,82
Contencioso e notariado	255,00	14,00
Outros	2,00	1,50
Total	58 924,59	40 203,12

15. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Sinistros	22 646,66	19 472,49
Rendas Sociais	291 699,01	260 143,01
Outros rendimentos	1 221,21	394,35
Juros e rendimentos similares obtidos	2 738,85	2 478,33
Total	318 305,73	282 488,18

O montante em “rendas sociais” refere-se às rendas praticadas pela fundação no âmbito do seu objeto social “rendimento económico”.

16. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Taxas	20,66	20,66
Dívidas incobráveis	-	-
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas exercícios anteriores	-	1,50
Donativos	34.148,11	40.064,11
Quotizações	110,00	110,00
Conser. Rep. Imóveis	167.283,63	168.215,45
Outros	0,23	154,07
Total	201.562,63	208.565,79

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado.

18. Acontecimentos após data de Balanço

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em março de 2026.

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação dos Armazenistas de Mercearia, no cumprimento das competências que lhe são atribuídas pelos estatutos, acompanhou ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco a atividade desenvolvida pelo Conselho Executivo, a qual merece a sua inteira concordância, tendo, em consequência, emitido o seguinte parecer:

- O Relatório de Gestão referente ao ano de dois mil e vinte e cinco merece a sua plena aprovação;
- As Contas do Exercício de dois mil e vinte e cinco, que lhe foram submetidas, são igualmente aprovadas na totalidade.

O Conselho Fiscal considera, ainda, oportuno expressar o seu reconhecimento e apreço pelo empenho, dedicação e rigor demonstrados pelos membros do Conselho Executivo na condução da Fundação dos Armazenistas de Mercearia, contribuindo assim para a continuidade e desenvolvimento da sua relevante missão no domínio da solidariedade social.

Lisboa, Abril de 2026

4 - Reuniões dos Corpos Gerentes

No decorrer do ano de 2025, os Órgãos Sociais da FAM reuniram-se dentro da normalidade, realizando-se, para o efeito, diversas reuniões do Conselho de Administração; Conselho Executivo e Conselho Fiscal.

Estas reuniões foram realizadas no espírito habitual da maior colaboração, proporcionando, desta forma, um acompanhamento pleno e rigoroso de todos os assuntos tratados no âmbito do desenvolvimento da atividade.

Por último, fazemos questão de sublinhar que os **membros pertencentes aos Órgãos Sociais da FAM - Conselho de Administração, Conselho Executivo e Conselho Fiscal - não auferem qualquer tipo de remuneração** (de natureza pecuniária ou qualquer outra) da FAM, e que a FAM também não recebe qualquer subsídio do Estado para desenvolver a sua ação.

5 - Nota Final

O Conselho de Administração da FAM expressa o seu reconhecimento e agradecimento pelo apoio prestado, ao longo do ano de 2025, pela Direção da ADIPA e seu pelo Conselho Coordenador, o qual foi determinante para o sucesso das atividades desenvolvidas durante esse período.

Lisboa, Abril de 2026

